

Ano XXIV nº 6431 – 29 de setembro de 2021

Itaú ignora pandemia e convoca grupo de risco para o trabalho presencial

Sem qualquer embasamento científico o Itaú decidiu unilateralmente convocar os funcionários que são do grupo de risco para retornar ao trabalho presencial a partir de 04 de outubro.

A atitude irresponsável coloca em risco a vida de todos, inclusive dos clientes, já que o número de pessoas mortas ou infectadas no Brasil ainda é muito alto, e voltou a crescer. O Brasil é o segundo em mortes pela Covid-19 no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, com 692 mil.

Os membros da COE ressaltaram que a pandemia se mantém em ritmo crescente, com média de mortes acima de 500 casos por dia, e com a variante Delta, de alta transmissibilidade e mortalidade, predominando em vários estados. O caso do Rio de Janeiro é ainda mais dramático. No estado a variante Delta já atingiu 96% dos casos de internações, passando a ser a cepa dominante nestas situações, ultrapassando a original, a Alpha.

A COE lembrou que o retorno em massa vai gerar um outro problema gravíssimo que é a aglomeração, num ambiente fechado, com o manuseio de documentos, dinheiro e objetos, tanto de bancários, quanto de clientes. E frisou que por isso, o uso de máscaras e álcool tem de ser obrigatório, além do fornecimento destes equipamentos de proteção individual (EPI) e da sanitização dos ambientes de acordo com as determinações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde.

O texto de protocolo de prevenção contra a Covid-19 foi entregue aos representantes do Itaú pela COE. Entre os principais pontos estão a reivindicação da realização de exames médicos de retorno ao trabalho, no qual a indicação do médico assistente deverá ser levada em consideração. Deverá ser considerada também a avaliação médica, com acompanhamento pela medicina ocupacional do banco, tanto dos casos de retorno, quanto para os que já estão em regime presencial desde o início da pandemia.

Os funcionários com histórico de infecção pela Covid-19 deverão ser acompanhados pela medicina ocupacional do banco, para a devida readaptação ao trabalho gradativo em função das possíveis sequelas da doença, que podem comprometer a saúde física e mental dos trabalhadores.



Reforma Administrativa de Bolsonaro é um monstro que precisa ser aniquilado

A proposta, do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL), que deve entrar em pauta de votação no plenário da Câmara nos próximos dias, prevê uma série de retrocessos e perdas tanto para a população que terá serviços de pior qualidade, principalmente na saúde e na educação, como para os servidores da União, estados e municípios que perderão vários direitos.

Ao invés de cortar, a PEC mantém privilégios de juízes e promotores, e amplia as vantagens para os militares, categoria defendida pelo presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL). E ainda abre espaço para a corrupção.

Confira os principais pontos da PEC 32: Permite redução de jornada e salários; Permite a contratação de terceirizados por 10 anos; Permite a contratos de gestão e termos de parcerias (privatização); Define os cargos exclusivos de Estado; Permite demissão de quem está em cargos obsoletos; Avaliação de desempenho para perda de cargo.